

Capítulo 2 - A defesa militar do Império Português: projetos e planos políticos Setecentistas

[...] uma só parte [da terra] basta para representar a grandeza de um corpo; um só Simulacro para simbolizar as Monarquias do Mundo (PITTA, 1730, p. 10).

O objetivo desse capítulo é analisar a relação entre o desenho da planta de fortificação e o seu contexto de criação, no intuito de demonstrar como a arquitetura militar fez parte do governo português e foi instrumento de seu discurso. Para tanto, cabe verificar alguns dos acontecimentos que possibilitaram as confecções dos desenhos, analisando o papel do também padre jesuíta Luiz Gonzaga no Reino, e os motivos que levaram D. João V a enviar Diogo Soares ao Rio de Janeiro. Os dois religiosos foram responsáveis tanto pela confecção dos desenhos como pelo ensino da ciência, além de ambos serem ligados aos governos de D. Pedro II e de D. João V. Por isso, também importa conhecer o local da formação prática de tais tratadistas.

A escolha de Luiz Gonzaga e sua obra se explica pelo papel-chave que ele ocupou na vida política portuguesa, no período de nossa pesquisa (ALBUQUERQUE, 1974). A fim de melhor compreensão da trajetória de Luiz Gonzaga, cabem alguns comentários. Ele nasceu em Lisboa em 1666 e ingressou na Companhia de Jesus aos 17 anos. Já aos 20, lecionava Latim e cursava Filosofia na Universidade de Évora, curso que tinha a duração de quatro anos. Entre os anos de 1695 e 1699, enquanto estudava teologia, lecionou ciências matemáticas no Colégio de Jesus. Em 1700, de volta a Lisboa, assumiu a regência da “Aula de Esfera” do Colégio de Santo Antão, de onde posteriormente seria reitor. Com Portugal envolvido na guerra da Sucessão da Espanha, Gonzaga recebeu ordens de D. Pedro II que ditasse o tratado da arquitetura militar na referida Aula do Colégio de Santo Antão. Ensinou também no palácio real aos príncipes D. João (futuro rei D. João V), D. Francisco e D. António (DICIONÁRIO VERBO, 1969). Morreu em 1747, aos 81 anos de idade (MACHADO, 1752, tomo 3, p. 103).

A “Aula de Esfera” do Colégio de Santo Antão, em Lisboa, foi uma referência no ensino português do século XVIII (ALBUQUERQUE, 1974). A importância do estudo dessa aula está na possibilidade de conhecer o ensino e a

instituição que unia a Monarquia à ciência. A explicação da nomenclatura da aula está no fato de a maioria dos tratados serem de esfera. A “aula” funcionava desde 1590, atraindo “[...] logo de início fidalgos que desejassem habilitar-se para melhor servir o Rei” (ALBUQUERQUE, 1974, p. 131).

Como Albuquerque observa a partir da evolução da estrutura das apostilas que o ensino na “Aula de Esfera” foi ganhando, com o tempo, autonomia em termos de conteúdo, e depois em termos práticos, da náutica. Albuquerque detalha, na citação abaixo, a trajetória acadêmica de Luiz Gonzaga:

Por último, c. 1700 regia a Cadeira [da “Aula de Esfera”] o padre Luís Gonzaga, que transitara para o Colégio de Santo Antão transferido da Universidade de Évora, onde tivera a cargo uma cátedra de ‘letras humanas’. O Pe Gonzaga foi **mestre** do futuro D. João V, segundo se lê na *Bibliotheca Lusitana* e adiante se confirma; Barbosa Machado aponta nesta obra dois *Sermões* e uma *Relação* da autoria de Gonzaga, impressos no primeiro quartel do século XVIII (a *Relação* saiu anônima). Como mestre de Santo Antão, o Pe Gonzaga redigiu as lições que integrava nos seus cursos, sendo de assinalar que numa parte de um deles versou matérias que lhe foram determinadas pelo **Rei D. Pedro II** (ALBUQUERQUE, 1974, p. 153 - grifo nosso).

Luís de Albuquerque afirma que o tema da arquitetura não foi uma opção de Gonzaga, mas uma imposição de D. Pedro II. O referido padre, em seu texto, declarou que além da ordem do monarca, pesava, como motivação pessoal, o fato de não poder negar sua missão como estudioso das matemáticas. Visto que ele entendia que a arquitetura militar deveria ser mais bem explorada, podemos inferir que a obra foi produzida não só pela determinação real, mas também por vontade do próprio Gonzaga, um importante lente do Colégio de Santo Antão. Segundo Albuquerque,

[...] as lições do Pe Gonzaga apresentam a novidade de incluir um conjunto de exposições que constituem um *Tratado de Arquitetura*. Estavam então ainda bem vivas nas recordações de todas as batalhas que tinha sido necessário travar para assegurar a independência; por isso se considerava necessário preparar arquitetos capazes de edificar as construções militares, e a decisão de se reservar para tal fim uma parte das lições de ‘aula de esfera’ deve ter obedecido a esse propósito (ALBUQUERQUE, 1974, p. 155).

A novidade de Gonzaga em tornar o tema da defesa central em suas aulas, explica-se pela necessidade dessa ciência para a manutenção da independência de Portugal. Um detalhe interessante que aponta para uma importância não tão

central para a ordem de D. Pedro II é o fato de esta ser mencionada em um apêndice na margem da primeira página, ao lado do título, enquanto que as demais explicações de sua execução estão no corpo do texto e largamente argumentadas. Pode-se concluir que a ordem existiu, mas a demanda do ensino também se deve à resposta ao momento político vivenciado pelo autor e pelo Reino. A temática da arquitetura militar ganhou fôlego, e atingiu

prestígio a carreira de engenharia no exército (D. João IV fundara em 1647 a ‘Aula de Fortificação e Arquitetura Militar’), e tentava-se adaptar às circunstâncias o curso do Colégio de Santo Antão, de modo que passasse a dar aos seus alunos a preparação mais adequada para o ingresso naquela carreira (ALBUQUERQUE, 1974, p. 157-158).

Em relação à Universidade de Évora, Teresa Rosa informa que o curso de filosofia estava inserido no curso de arte, a partir dos segundos e terceiros estatutos dessa instituição, juntamente com as aulas de matemática. A duração era de quatro anos. A estrutura curricular da Universidade de Évora no século XVI previa aulas sobre fortificações, balística e astronomia. A leitura de textos de Aristóteles – *Dialética, Lógica, Dos Físicos, Ética, Metafísica* – possuía amplo espaço no currículo (ROSA, 2013; LEITÃO, 2008).

Em 1703, foi criada naquela universidade uma cadeira de matemática, separada do curso de artes, com o nome de “Aula da Esfera” – da mesma forma que no Colégio de Santo Antão, em Lisboa –, na qual Gonzaga e Diogo Soares lecionaram. Isso nos faz pensar em um processo de crescimento e autonomia da arquitetura militar. Teresa Rosa destaca que

(...) esta disciplina [a matemática], nesse tempo, incluía, além da Matemática, outras matérias como Geografia, Física e Ciências Naturais. Além disso, compreendia ainda a Fortificação, a Balística e a Astronomia. Na cadeira de Matemática, lecionaram professores insígnies como: Diogo Soares; Francisco Gião; Luís Gonzaga, que ensinou esta disciplina por dez anos, tendo sido escolhido para **mestre** do príncipe e futuro rei D. João V e dos infantes seus irmãos (ROSA, 2013, p. 190 - grifo nosso).

O documento de Luiz Gonzaga, intitulado *Exame Militar*, é um tratado de arquitetura militar que faz parte de um conjunto de escritos, organizado em três volumes manuscritos. São eles: *Esphera Astronômica/Tratado da Astrologia*, *Fragmentos da Geometria Prática*, *Mappa Mathematico/Tratado da Arquitetura*

(1703)³⁶. Como manual de ensino, no tratado de arquitetura militar, o autor apresenta as diferentes teorias e métodos desse saber, juntamente com seu ponto de vista pessoal. Entre outros pontos, ele descreve as técnicas de como os elementos – flanco, fosso, cortina, entre outros – devem ser posicionados na fortificação. Além disso, o seu texto nos permitiu verificar que a arquitetura militar tornava-se parte constitutiva da construção do próprio Estado, ao fomentar sua soberania. Segundo o verbete de João Pereira Gomes, foi através do magistério de Gonzaga que

nasceu em D. João V o gosto das ciências exatas, que sempre manteve e havia de concretizar em medidas tão úteis como foi, por exemplo, o financiamento do observatório astronômico do Colégio de Santo Antão, e do gabinete de física experimental da Casa das Necessidades [...] lecionou, ainda, os príncipes até c. 1713, pertenceu à Junta das Missões e foi reitor do Colégio de Santo Antão (1725-1731). (In: Dicionário Verbo enciclopédia luso-brasileira de cultura, volume 9 (GAC – HER), 1969).

Entre outras obras, Luiz Gonzaga escreveu *Conclusoens mathematicas* (oferecida à D. Pedro II por Antonio Dantes Barbosa), Lisboa, 1701; *Conclusoens mathematicas* (oferecida à D. Francisco Lobo da Sylveira por Joachim Freire de Andrada), Lisboa, 1701 e *Conclusoens mathematicas e astrológicas* (LEITÃO, 2008, p. 130).

Gonzaga inicia o manuscrito “Exame Militar” declarando que o preparou atendendo ao pedido de seus pares, por ser uma obrigação dos estudiosos das Matemáticas tratarem das questões da arquitetura militar, além da já mencionada ordem de D. Pedro II. Mesmo que Gonzaga tivesse receio em repetir cosmógrafo-mor Luís Serrão Pimentel, julgava debate era relevante. Seu cuidado se justifica pelo fato de Pimentel ter elaborado o conhecido e importante “Método Lusitano”³⁷, primeiro manual em língua portuguesa sobre desenho de fortificações. No entanto, Luiz Gonzaga acrescenta que foi finalmente convencido por não “poder negar ser esta engenhosa Arte uma das principais partes deste em tudo Luzidíssimo Corpo Matemático”. Adverte, portanto, que era

³⁶ Este material foi reunido em um códice, que se encontra na Biblioteca da Ajuda.

³⁷ O nome completo é “Método Lusitano de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares. Fortes de Campanha e outras obras pertencentes à arquitetura militar. Distribuído em duas partes, Operativa e Qualificativa (1680)”. Já foram realizados muitos estudos sobre Pimentel e seu ensino. Acharmos ser necessária a análise das obras de novos autores para a pesquisa sobre a arquitetura militar portuguesa poder avançar.

necessário um estudo mais específico da arquitetura militar, porque ela não poderia ser ignorada no estudo das Matemáticas. Gonzaga aponta ainda que o conteúdo de sua obra era justo, por meio do equilíbrio entre os interesses do Estado e os de seu Ministério: “porque assim tratareis esta matéria, que sem exceder a profissão do estado não faltareis às obrigações do ministério, porque só porei o que melhor julgar, e só reprovarei o que por ônus bom tiver” (GONZAGA, 1703, p. 6).

Ao citar em diversos momentos a obra de Luís Serrão Pimentel, Luiz Gonzaga demonstra seu diálogo com esse autor, e afirma ser o *Método Lusitano* sólido e seguro, e a sua prática hábil para impedir que os inimigos tivessem alguma esperança de conquistar o local fortificado. No entanto, Gonzaga entende que pela “curiosidade” ou pela ampla importância atribuída à arquitetura militar entre as ciências matemáticas, foi necessária a produção de um novo “Exame” para a melhor compreensão e escolha das melhores técnicas.

A referida articulação entre Luiz Gonzaga e os governos dos “Príncipes” citados, para além de sua posição política, fica clara quando analisamos sua obra. O diálogo com o governante, que Gonzaga chama de Príncipe, nos introduz em uma relação intrínseca entre a ciência e o governo soberano do monarca. Dito de outra forma, os conceitos ensinados por esse tratadista remetem às questões políticas, do governo do Príncipe.

O primeiro ponto a ser destacado é a própria definição do autor de arquitetura militar e de fortificação, e em seguida suas ideias de defesa e defesa. Em meio aos principais embates concernentes à arquitetura militar – se arte ou ciência, sua utilidade e sobre a escolha dos sítios para edificação de uma fortaleza –, Luiz Gonzaga defende que os princípios dessa ciência devem ser aplicados no sentido de garantir o *bom governo*. O “Exame” foi dividido em 39 disputas³⁸, que corresponderiam aos capítulos. Estes, por sua vez, apresentam as diferentes concepções acerca da arquitetura militar

porque em suas disputas contenderão as partes de cada uma das questões, que nelas se tratar, sobre qual deve ser admitida: para o que só alegamos os seus

³⁸ O padre Raphael Bluteau definiu disputa como contenda ou uma controvérsia por escrito, e o ato de questionar a certeza, o que nos mostra uma ciência em constante debate e formação de seus preceitos.

fundamentos deixando [...] para os que nesta matéria como bons juizes só podem ter voto (GONZAGA, 1703, p. 1).

O intuito do ensino ao engenheiro é a defesa de seu Príncipe e do Estado. “Tendo, pois a Arquitetura Militar por objeto motivo a defesa e segurança dos estados, bem se vê o quão conveniente é terem os príncipes fortificados os seus domínios para neles estarem seguros” (GONZAGA, 1703, p. 5). As primeiras disputas versam sobre a definição da ciência nomeada arquitetura militar, cujo objeto final é a construção de fortificações. Até a 10ª disputa, Luiz Gonzaga examina questões concernentes ao estatuto científico da arquitetura militar, aos termos e às definições necessários para o desempenho de um bom engenheiro. A presente obra é dividida em duas partes – teoria e prática para a conservação do Estado –, e explora detalhadamente os usos e as funções dos elementos que compõem a fortificação, tais como fosso, flancos, face, gola, cortina, dentre outros.

A origem da arquitetura militar, segundo Gonzaga, está “em Adão, [que] pretendeu fazer-se forte na retirada formando dois ramos de uma árvore trincheira, e de suas folhas parapeitos, para deles resistir às novas baterias” e “no sentir de alguns, com que as forças se arguindo para melhor vencerem; sendo talvez filha legítima do temor, em que o medo se estende para não ser vencido”³⁹. Neste trecho, Gonzaga questiona se a origem desta ciência estaria na ambição da conquista ou na proteção para não perder o pouco que se possui (GONZAGA, 1703, p. 2). O tema da posse e do governo do Estado ocupa todo o discurso de Gonzaga, e a dualidade entre manter o que se tem e adquirir novos espaços também é recorrente.

A partir das disputas, cujas questões são muito bem detalhadas, o autor enuncia as estratégias de domínio obtidas pelos que detêm as técnicas da arquitetura militar. A todo o momento, ressalta que seu ensino é para a proteção do Estado e do Príncipe, pois o bom conhecimento da teoria e da prática da arquitetura militar é a essência para a manutenção dos domínios de um soberano. Desse modo, é possível identificar, e relacionar, os temas Estado, poder, concepção de ciência e manutenção do governo.

³⁹ O tema do medo na construção de um Estado (uma cidade) é discutido por Maria Fernanda Bicalho (2003).

Apesar de dialogar com o Príncipe, o responsável pelas obras e pelos desenhos das plantas de fortificação era o engenheiro, importante personagem dessa cultura política e a quem Gonzaga ensinava as técnicas em seu tratado. O trabalho do engenheiro deveria ser aplicado à arquitetura militar a partir de um conjunto de regras. A escolha da melhor opção de sítio, por exemplo, se dava a partir das possibilidades elencadas e explicadas por Gonzaga, garantindo assim a eficácia da defesa e conservação do território e da proteção do monarca. Destacando o papel do engenheiro, como de quem conhece as técnicas, o autor do tratado reforça o vínculo do saber com a prática política, pois esse homem servia ao Rei.

Importante mencionar que o momento político vivido por Luiz Gonzaga era delicado. Portugal era um Estado saído do domínio espanhol que precisava consolidar seu governo e soberania através das conquistas, bem como reforçar seu poderio no interior da Europa. A inserção do escrito desse padre no período político em análise é identificada em suas colocações sobre as estratégias de como o Príncipe deveria manter seu domínio, soberania e boa administração do Estado. Através dos princípios da arquitetura militar, a fama do império – sua glória e força – venceria conflitos com relação à fortuna, que representa as circunstâncias a serem enfrentadas pelo monarca. Desse modo, algumas das respostas às ameaças do período estão presentes no “Exame Militar”.

2.1. A defesa no “Exame Militar”

O padre Rafael Bluteau estabelece, em seu dicionário, uma importante distinção entre palavras que poderíamos pensar serem sinônimas. Defesa é “o ato de defender, ou defender-se; Tomar a defesa de alguém; Defesa da praça são os muros, e quaisquer fortificações, praça sem-defensa, rasa; linha de defesa afixante, ou rasante; Linha”. Já defesa seria “lugar fortificado, lugar murado onde é difícil entrar; e ordem” (BLUTEAU, 1789, p. 392).

A defesa como o ato e a linha ou o desenho, e defesa como o lugar, a fortificação edificada em ordem, são terminologias que para nós indicam a distinção entre teoria e prática. Em seu tratado, Luiz Gonzaga menciona a palavra defesa para designar sua prática, como nos seguintes exemplos:

defesa de seus monarcas, que Ciência há, a qual melhor coopere, ou imite esta ação [dos heróis que derramam sangue pela pátria], a que a fama chama façanha, do que a **Arquitetura Militar**, pois toda a força de suas regras, todo o vigor de seus preceitos, nos quais como em veias conservam as Ciências o sangue de suas erudições, emprega em defender as pátrias e conservar os impérios (GONZAGA, 1703, p. 2 - grifo nosso).

o que mais convém a um Príncipe [é a] maior **defesa** de seus Estados (GONZAGA, 1703, p. 7 - grifo nosso).

No primeiro trecho, aquela que é a primeira mensagem de Gonzaga ao seu leitor quanto à prática defensiva, a ação da arquitetura militar de defender o monarca é comparada à ação do herói que defende Portugal com seu sangue. Já a segunda frase salienta a conveniência da defesa para o Príncipe. A conservação do Império depende, portanto, da aplicação das regras e dos preceitos da ciência arquitetura militar.

O uso do termo “defensa” em seu texto está sempre articulado à Ciência, como se pode notar a seguir:

[o que pertence à] Arquitetura Militar, e as que agora escreverei por delas, e com elas se compor, e formar a fortificação, a qual consta de lados, e ângulos enquanto a figura, em que se faz, e é fosso, refossetes, escarpas, e contra-escarpas [...] em quando as **defensas**, que se lhe dá, prescindido de algumas linhas imaginárias, cujo conhecimento e medidas se devem precisamente saber para o acerto da obra (GONZAGA, 1703, p. 44 - grifo nosso).

Para a formação da figura da fortificação, que possui lados e ângulos, a defesa enquanto teoria necessita de linhas e medidas específicas para uma obra correta. O bom engenheiro deve dominar essas distinções para a execução de sua função, do contrário o desenho e a edificação ficaram comprometidos.

A arquitetura militar é classificada por Luiz Gonzaga entre as ciências práticas e não entre as ciências especulativas. Ao tratar da figura que melhor defenderá a praça (um sítio que deverá ser defendido), a definição desse autor é assim completada:

E seja esta a minha primeira contenda, que ponho nos seguintes termos. A Arquitetura Militar é Ciência sendo no rigor arte, e é Arte sendo no rigor Ciência, que por outra frase é o mesmo que afirmar ser a Arquitetura Militar é uma Ciência artificiosa, e uma Arte científica. As provas mostrarão não ser paradoxal a resolução, e muito menos contraditórios os seus termos (GONZAGA, 1703, p. 2).

Ao utilizar a definição aristotélica para as ciências especulativas práticas, que são as artes que são ciências, e as ciências que são arte, Gonzaga conclui ser Ciência as que são especulativas, como a Astronomia, e as que são arte, por serem ciência prática. A arte como ciência prática

põe em praxe o que por atos intelectuais ensinam, não se contentando com meditar o que descobriram, passam a obrar o que meditam; inferindo-se desta doutrina, que toda, e qualquer Ciência prática é uma arte científica, e uma Ciência artificiosa; porque sendo verdadeira Ciência é o no rigor do texto Aristotélico Arte, e sendo na realidade arte é no rigor da inteligência filosófica Ciência (GONZAGA, 1703, p. 2).

Um dos argumentos do padre para que a arquitetura militar possa ser considerada ciência, é que para isso necessita de princípios certos, e a partir desses, retirar conclusões verdadeiras. Os seus princípios certos são entendidos por Gonzaga como os mais certos, por ser tratar daqueles que não precisam de provas, e estes são os princípios da geometria. Mas, no momento da apropriação desses princípios, eles não são mais propriamente geométricos, e sim militares⁴⁰.

Já a certeza de ser uma verdadeira ciência fica por conta das evidentes demonstrações matemáticas. O autor explica apenas o fato de ser uma ciência verdadeira, pois entende que as demonstrações são duvidosas só para os que não percebem as evidências das demonstrações matemáticas, o que não é o caso de seus interlocutores, sendo mencionar o tema perda de tempo. Os princípios geométricos, que aplicados à fortificação passam a ser militares, são os que por meio das demonstrações são verdadeiros. Mesmo que outras conclusões sejam apenas prováveis, como acontece com outras ciências, pois não é imprescindível que todas as conclusões sejam verdadeiras, mas apenas algumas.

Da mesma forma que a filosofia foi baseada em métodos elaborados sobre definições duvidosas e não deixou de ser ciência, assim também aconteceu com a arquitetura militar que tem por verdadeiros os seus métodos. Além de possuir outras definições que não são passíveis de dúvida diante dos matemáticos. “Que mais fundamento há para se afirmar ser o homem animal racional, do que para se dizer ser a linha reta a mais breve, que se pode lançar de um outro ponto?”

⁴⁰ Da mesma forma que quando a navegação faz uso da geometria, os seus princípios são náuticos, ou a ótica, cujos preceitos são os óticos.

(GONZAGA, 1703, p. 3). Com essa questão, o padre conclui essa etapa da discussão.

Outro ponto interessante para provar ser a arquitetura militar ciência está no fato de que deveria tratar de algo seu por natureza, e não porque outros fazem existir. No entanto, no estudo de Gonzaga, a verdadeira concepção de Aristóteles é que tal argumento não se aplicaria às ciências práticas, como a arquitetura militar, e sim às ciências especulativas. Ainda assim, natureza e essência são diferentes de existência, esta última sim apenas quando outro produz. Quanto às primeiras dimensões, são e pronto: como o homem que tem a essência de homem, ou a essência da fortificação de cinco baluartes é ser pentagônica. Existindo ou não, essa é a sua natureza. Assim, a arquitetura militar trata de algo seu por natureza. Com isso, apesar de ser classificada pelo padre entre as ciências práticas, em sua concepção, a arquitetura militar possui natureza própria.

Pelo exposto, a arquitetura militar é um saber que convém ao Príncipe possuir em seu Reino, que o engenheiro deve aplicar e que um lente, a serviço do rei, ensinava. Como artefato, fontes documentais, as plantas de fortificação já foram analisadas no capítulo anterior. As ramificações da política portuguesa são esclarecidas, por ora, pela sua linguagem e ensino nos tratados, na medida em que tais desenhos fazem parte do discurso político português, e para compreender sua especificidade, faz-se necessário problematizar o governo do Império.

Esse ensino da ciência ao Príncipe nos remete à dinâmica do “espelho de Príncipe”, que foram obras com o objetivo de explicar como o Príncipe deveria proceder, escritas nos séculos XVI ao XVIII.

2.2. A arquitetura militar ensinada ao Príncipe, por Luiz Gonzaga: “o espelho de Príncipe”

As constantes guerras e disputas da história portuguesa acarretaram uma necessidade de se proteger, tanto a soberania física – territorial – quanto política, de governo. É nessa conjuntura que Luiz Gonzaga fora instruído por D. Pedro II a ditar e ensinar sobre defesa e conservação do Império aos alunos da “Aula de Esfera”, e aos filhos do dito monarca. Tais ensinamentos são compilados no tratado de arquitetura militar em estudo. Como já foi dito, a estrutura do tratado Exame Militar, de 1703, faz menção a um dos aspectos da política portuguesa no início

daquele século, qual seja, a defesa. Foi, pois, na dinâmica de preservação do trono português que Gonzaga produziu o tratado em questão.

No Reino de Portugal, a manutenção das conquistas era fundamental pelo seu potencial econômico e estratégico, na medida em que a soberania do rei estava articulada ao domínio territorial. Para a compreensão dessa dinâmica no ensino do padre Luiz Gonzaga, percebe-se que, quando esse autor mencionava o governo do Príncipe, destacava que apenas com o governo a posse se efetivava, sendo a posse factível através da defesa, com a aplicação da arquitetura militar.

Para esclarecer a importância da defesa e da necessidade de proteção do Império, ou seja, explicar por que investir em defesa, são cabíveis algumas considerações sobre os acontecimentos, e a respeito da estrutura política portuguesa do período, antes mesmo da análise dos conceitos vinculados à política presentes no “Exame”.

Em fins do século XVII e no início do XVIII, Portugal enfrentava as consequências da Restauração e da Guerra de Sucessão da Espanha, o que aumentava ainda mais seu vínculo com a América, por necessitar das suas riquezas para garantir a sobrevivência do Reino, fragilizado pelos ditos acontecimentos. A respeito de Portugal e das funções do rei no Reino e na América no período da Restauração, havia o jogo político interno português, que era heterogêneo e ambíguo, na medida em que durante a União Ibérica, muitos nobres apoiaram a Espanha, sendo necessária uma constante legitimação da independência da Coroa portuguesa até meados do século XVIII. (BENTES MONTEIRO, 2002).

A situação político-econômica da Espanha nos anos que antecederam a Restauração é percebida como ponto-chave para esse episódio. Em crise, a coroa espanhola estava envolvida na Guerra dos Trinta Anos (SCHEDEL, 2010). Além da guerra com a França, iniciada em 1635, a Espanha tinha de lidar com a invasão holandesa do Nordeste brasileiro. A crescente insatisfação dos portugueses para com a política espanhola, engendrada por D. Gaspar de Guzmán, conde-duque de Olivares, em 1624, que elevava os impostos, e instruída às reformas para a centralização do poder, se confrontava com a relação até então estabelecida com alguns setores da nobreza portuguesa de permanência das estruturas administrativas em Portugal anteriores à União Ibérica, o que amplia o cenário para a ruptura. Com a Espanha fragilizada pela crise e por seu

envolvimento em distintos conflitos – contra a França e a Holanda e ainda a tentativa de separação da Catalunha –, Portugal teve condições de recuperar sua independência.

De acordo com Antonio Manuel Hespanha, as explicações para a Restauração têm a ver com a pressão fiscal imposta por Olivares. O autor salienta que a heterogeneidade foi flagrada mais uma vez, na medida em que cada grupo reivindicava seu espaço, com o não pagamento, havendo fragmentação das reações. “A insatisfação antifiscal é, assim, um complexo conjunto de queixas contraditórias; e, com as propostas de saneamento financeiras passa-se o mesmo” (HESPANHA, 1993, p. 12). Portanto, esse não poderia ser o único motivo. Seriam também a ameaça à Igreja do regalismo filipino e a falta de comunicação da nobreza portuguesa com o monarca, além dos “mercadores [que] veem destruído o comércio do Atlântico por uma guerra que é ‘do rei e não do reino’” (HESPANHA, 1993, p. 13). No que tange à perspectiva ideológica, o problema era que Portugal estaria sendo governado por um rei inútil e tirano, havendo a necessidade de reversão desse quadro através da restauração da constituição. Era necessário restaurar o “bom governo” e a “justiça”, antes ainda de uma questão de independência⁴¹.

O movimento restauracionista português não intentava uma mudança estrutural, mas apenas a independência em relação ao domínio espanhol (FRANÇA, 1997). Na análise de Hespanha, a legitimidade do rei não estava subordinada à ideia de naturalidade, mas ao exercício do poder constitucionalista, sendo mínima a importância da nacionalidade. Não havia homogeneidade em Portugal durante a Restauração, e, portanto, Hespanha não percebe no nacionalismo um caminho para o movimento de Restauração (HESPANHA, 1993). A organização e a representação do poder em Portugal do Antigo Regime foram regidas por concepções específicas. Imaginada como um corpo, essa sociedade possuía partes que integradas não sofriam com a perda de autonomia.

Após a Restauração, o duque de Bragança, D. João IV, dada a guerra com a Espanha, seja na América, África e Ásia, precisava do reconhecimento do Reino e de seu governo, do reforço das fronteiras com a Espanha e reconquistar no Ultramar as possessões perdidas para os Países Baixos (MELLO, 1998). Esse

⁴¹ Nesse ponto, percebemos o quanto Luiz Gonzaga estava inserido na política da pós-restauração, buscando legitimar seu Príncipe nas bases do bom governo e da justiça.

posicionamento implicou em reveses em seu território, o que impôs proteção para esses espaços.

Pelo exposto, havia também a necessidade de proteção das Conquistas, em especial da América, que foi para Portugal um espaço privilegiado de riquezas, transformado em território sobre seu domínio e soberania. Esse valor assumido pela colônia pode ser observado pela chegada a Lisboa, já em 1695, do ouro do Brasil. Segundo Godinho, essa contribuição em ouro anula os antigos locais (Mina, Guiné, e no caso espanhol, as Índias de Castela) de exploração do metal. “Dez ou quinze anos do século XVIII representam tanto ouro como os envios americanos a Sevilha durante os cento e cinquenta anos que vão até 1660” (GODINHO, 1968, p. 311). Essa é uma das explicações dos motivos de Luiz Gonzaga para alertar o Príncipe tanto sobre a defesa quanto sobre o modo e as atitudes necessárias para o bom governo que garantiriam a manutenção do Estado. Isso se explica pela atmosfera de constante tensão no governo português, por um clima de sedição logo após a Restauração por parte dos espanhóis que reivindicam o retorno à União Ibérica.

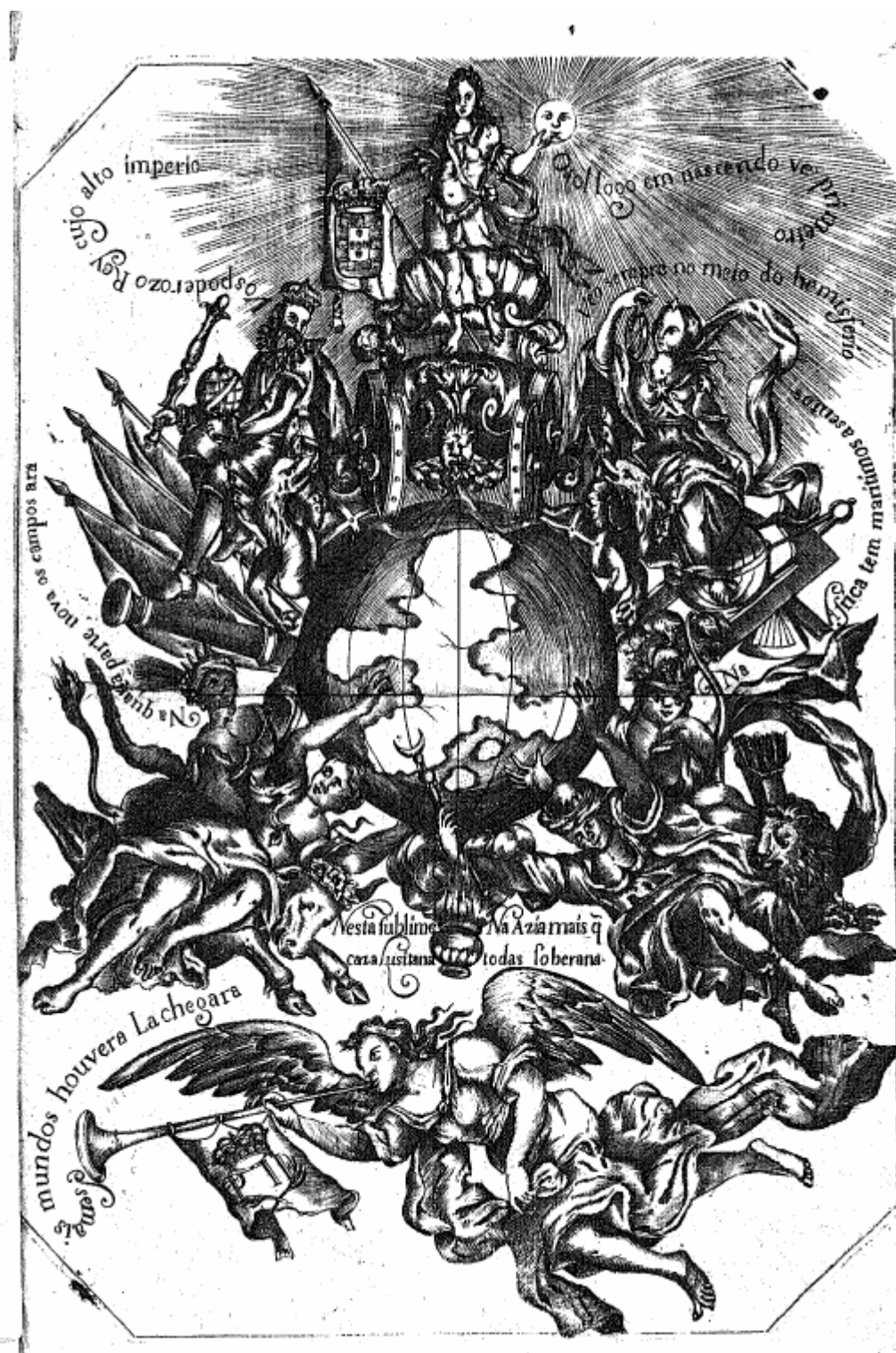
2.3. Conceitos políticos no “Exame”

Como nosso recorte temporal abarca dois reinados – o de D. Pedro II e o de D. João V, mais precisamente o final de um e o começo do outro –, importa tecer algumas considerações sobre esses monarcas. As características da Coroa no final do século XVII e nas primeiras décadas do XVIII são similares. Tanto D. Pedro II quanto seu filho D. João V foram representantes de uma política voltada para a expansão territorial e para a defesa de suas conquistas. Eles necessitavam, portanto, da representação cartográfica para construir seu discurso político de posse, tendo nas plantas de fortificação outro importante instrumento discursivo.

D. Pedro II, o Pacífico, reinou entre os anos de 1683 até 1706. Nesse período, no ano de 1703, tem-se a produção do tratado de Luiz Gonzaga, por ordens de seu antigo aluno, o próprio D. Pedro II e, por isso, foi importante detalhar o conteúdo das aulas, no que tange à função e às características de um bom Príncipe para observarmos a relação entre governo e prática científica.

Para a manutenção do governo do Príncipe, a ciência ensinada em seu “Exame” – antes mesmo do início desse tratado manuscrito, quando no códice está a parte impressa (em duas folhas) sobre a arquitetura militar – é precedida por

uma imagem que expressa a intenção de Gonzaga de articular ciência e poder, bem como arquitetura militar e Conquista:



Fonte: Luiz Gonzaga, 1703.

Como se vê, a figura é composta por seres celestiais que seguram um globo terrestre, com o brasão do Reino português⁴² acima do globo, e a imagem da fama apontando para o monarca D. Pedro II ao segurar uma bandeira com a inscrição “P II” e uma coroa acima desta. Os seres professam os seguintes versos:

O sol logo em nascendo vê primeiro
 Vós poderoso Rei cujo alto império
 Vê-o sempre no meio do hemisfério
 Na África tem marítimos acentos
 Na quarta parte nova os campos ara
 Nesta sublime casa Lusitana
 Na Ásia mais que todas soberana
 E se mais mundos houvera lá chegará (GONZAGA, 1703, p. X).

Em sequência diversa, os versos são semelhantes aos de Camões, que compôs uma espécie de epopeia, exaltando os feitos portugueses, como as navegações:

Vós, poderoso Rei, cujo alto Império
 O Sol, logo em nascendo, vê primeiro;
 Vê-o também no meio do Hemisfério,
 E quando desce o deixa derradeiro;
 Vós, que esperamos jugo e vitupério
 Do torpe Ismaelita cavaleiro
 Do Turco oriental, e do Gentio
 Que inda bebe o licor do santo rio
 (CAMÕES, 1556, Canto 1º, verso 8)

Pelas inscrições, percebemos o destaque dos conceitos de império e de soberania, e na imagem, pela representação do mundo com seus Estados unidos em um globo dominado pela Coroa portuguesa, uma alusão à conquista do mundo todo⁴³. Pelo fato de o ensino no tratado ir além de nos informar sobre as técnicas do traçado e construção de fortificações, identificamos um cunho político. As aulas de Luiz Gonzaga nos permitem ainda verificar a centralidade que a figura do rei assume dentro da forma pela qual o autor apresenta suas

⁴² Como veremos, é o mesmo brasão presente nas plantas de fortificação de Diogo Soares.

⁴³ O título do manuscrito de Diogo Soares é “Novo Atlas Lusitano ou Teatro Universal do Mundo Todo”.

reflexões sobre a importância da defesa para a manutenção do Estado, em particular a sua soberania sobre determinados espaços.

Através da projeção da imagem do rei português no ultramar, tem-se uma das características da colonização da América – seu projeto político de Império, que é evidenciado desde os tempos da Reconquista. Já no início do século XIV, há a ideia do bem comum como função régia, pois desde então o rei detém o poder, a defesa e o governo da coisa pública.

Como, nas palavras do padre Gonzaga, a decisão, ou a conveniência da fortificação, compete ao Príncipe⁴⁴, é preciso compreender a natureza da autoridade real, das doutrinas relativas à figura do rei para os séculos XVII e XVIII. Há, por exemplo, a questão sobre o que deveria ser priorizado na construção de sua imagem, o aparato ou a virtude.

Em sua análise sobre a figura do rei, Diogo Ramada Curto (1993) aponta para a vinculação entre aparato e virtude – tanto do monarca quanto do Estado –, sendo o poder do rei e do Estado legitimado pela cerimônia e pela virtude do rei, bem como pela magnificência, que é monopólio dos que detêm o poder. Segundo o autor, a concretização da dita virtude acontece na edificação de sepulcros, estátuas, templos, palácios e cidades. A linguagem das virtudes é apropriada na relação entre tais dimensões com a razão de Estado, e com os aparelhos de dominação.

A criação e o processo de expansão do Estado moderno são marcados pelo papel da figura real, sendo assim perceber seu desempenho na construção do território é fundamental. Os discursos sobre o Príncipe e suas virtudes informam quais são as atribuições dos poderes do rei, no conselho e na eleição dos oficiais. O Príncipe necessita delegar funções, sendo a organização do aparelho estatal e a moral não excludentes, mas complementares em uma mesma estrutura. É preciso identificar as “contaminações” entre razão de Estado e virtudes, ou entre organização estatal e preocupações morais. Dito de outra forma, é necessário identificar o que permanece das virtudes e da moral do rei na organização do Estado.

Quando relaciona, em suas aulas, a prática da arquitetura militar e os seus conselhos ao Príncipe, Luiz Gonzaga está se referindo a uma linguagem política

⁴⁴ Mesmo que a escolha do local da edificação seja responsabilidade do engenheiro.

de ensino aos Monarcas. Sua obra não é um espelho de príncipe no sentido estrito, mas objetiva ensinar a prática da ciência que perpassou a instrução aos Príncipes, que articulou as ideias de governo e defesa. A preocupação com a educação de um jovem “manifestava-se no surgimento de um novo gênero de reflexão moral e política, espécies de livros de conselhos destinados aos príncipes, que se esmeravam em indicar a melhor educação para os que pudessem vir a desempenhar ofícios destacados” (BENTES MONTEIRO, 2002, p. 151).

Como o pensamento político renascentista era balizado pelas questões da virtude, pode-se afirmar que o conteúdo da obra de Gonzaga está inserido nessa perspectiva. Ao argumentar por meio da honra, glória e fama do Príncipe, em consonância com as técnicas e preceitos da arquitetura militar, aquele autor está inserido na lógica do espelho de príncipe. A estrutura de seu texto está, a todo o momento, retornando à ideia central de proteção do soberano, de manutenção de seu bom governo, ou de sua boa administração através dos referidos pilares – honra, glória e fama –, obtidos com a correta aplicação da ciência que ele ensina.

Importante elemento desse jogo de atitudes, e não apenas de palavras, é a dimensão da fortuna. Como circunstância imprevisível, a fortuna deveria ser administrada com a aplicação da arquitetura militar. A questão da fortuna aparece no texto do padre Gonzaga como elemento que comprova a conveniência das fortificações para que um Príncipe seja forte e poderoso. O autor lança mão do argumento de que se no Céu há defesa, pelos seus muros e portas, quanto mais “nos Reinos por natureza militantes e guerreiros, e só por fortuna, e acaso triunfantes e vencedores”. A fortuna também deve ser vencida pela praça fortificada “porque dado que na Campanha o favoreça a fortuna, na praça pode [o inimigo] esperar a desgraça” (GONZAGA, 1703, p. 6 e 7). Gonzaga ainda explica a respeito desse elemento que a resistência resultante da fortificação pode mudar a “roda da fortuna”, ou seja, o Príncipe ganha tempo para se reerguer e conquistar a vitória.

A necessidade do soberano em administrar essa fortuna, que é instável, aponta para uma maior aproximação da *virtù*⁴⁵, no caso, também pela ciência que garante o alcance do bom governo. A liberdade, da mesma forma que a *virtù*, é um elemento que exprime o quanto a guerra devia ser ganha com a correta

⁴⁵ Qualidades que o Príncipe deveria possuir: honra, glória, fama e liberdade.

aplicação da arquitetura militar. Já que protegido, o Estado é de fato livre, seja na paz ou na guerra.

São indispensáveis, então, algumas considerações sobre o que Luiz Gonzaga diz sobre o Príncipe⁴⁶. O Príncipe deve fortificar seu Estado para defesa e segurança deste. Por ser o objetivo da arquitetura militar, a defesa e a segurança são ensinadas como consequência lógica daquela ciência: “a defesa e segurança do Estado é o que move, e é coisa, por razão da qual os príncipes se movem a fortificar os seus Estados: logo esta defesa e segurança é objeto motivo desta Ciência” (GONZAGA, 1703, p. 5). Para a sua conservação, e de seu Estado, ao Príncipe, é mais conveniente ter fortificação do que exército. O ideal seria possuir os dois, mas no caso de uma escolha, o Príncipe deve optar pela fortificação, pois ganha mais tempo para que o socorro chegue e para uma possível mudança da fortuna.

Na perspectiva de instrução ao Príncipe, a prudência merece destaque, além do bom ânimo e da justiça (BENTES MONTEIRO, 2002). O governante realmente deveria ser prudente, de bom ânimo e justo, pois a falsidade não seria tolerada na conquista da glória. Para ser prudente, o soberano deveria ser amado e não temido. Esses preceitos são destacados por Luiz Gonzaga, quando articula a ideia de prudência à de soberano justo. O monarca era por sua grandeza – em seu sangue – caracterizado como o Sol mais luzido, e como Marte, por ser o mais esforçado em seu ânimo.

2.4. O desenho das plantas no Império Português e na América

Entender a estrutura política da monarquia portuguesa no início do século XVIII na qual aquele Príncipe estava inserido, é indispensável para a compreensão do que estamos chamando de representação do poder real e seus desdobramentos na cidade do Rio de Janeiro. Começamos com o estudo da pluralidade de esferas de poder, que muito se deveu à concessão de privilégios.

As práticas políticas do Império Português estão inseridas em uma sociedade denominada de Antigo Regime. A existência do pluralismo político

⁴⁶ A palavra “Príncipe” é dita por Luiz Gonzaga cerca de 180 vezes apenas na primeira parte do seu manuscrito, que corresponde à teoria da arquitetura militar articulada aos preceitos a serem seguidos pelo Príncipe, o que corresponde a aproximadamente 56 páginas das 115 do total da transcrição do documento. As páginas subsequentes tratam da prática, da aplicação dos elementos nas plantas de fortificação e a palavra já não aparece com tanta frequência.

expressa-se através da afirmação dos poderes locais nas Câmaras, a qual, por sua vez, denota o corporativismo característico do Antigo Regime português. Outra característica é a chamada “economia política de privilégios”, mediante a qual a fidelidade do súdito ao soberano é retribuída pelas mercês oferecidas aos súditos leais do rei, que era o responsável pelo bem comum no seu Império Ultramarino. Nessa sociedade hierarquizada, a troca do serviço por cargos no reino reforçava os sentimentos de lealdade e pertença (OLIVAL, 2001). O autogoverno nas Câmaras impedia uma centralização absoluta, sendo, portanto, necessário criar mecanismos para a manutenção do poder régio nesse jogo político de trocas.

Para explicar o corporativismo como o sistema de organização do poder em Portugal nos séculos XVI ao XVIII, António Manuel Hespanha (2007) discute a questão da centralidade do direito, na qual lança mão do conceito de “direito comum”, isto é, a prática do direito, o que é vivido. Assim, esse direito comum era bastante flexível. Desse modo, “a centralidade do direito [comum] se traduzia, de facto, na centralidade dos poderes normativos locais, formais ou informais, dos usos das terras” (HESPANHA, 2007, p. 57). Como a definição pela lei do Reino estava distante das proposições locais, eram estas que prevaleciam em última instância, já que as práticas locais muitas vezes alteravam as leis. Por causa disso, o rei precisava munir-se dos ditos mecanismos de governo, no caso, a representação e a legitimação de seu poder.

Tal dinâmica também pode ser identificada no sistema de poder da América Portuguesa, ainda mais plural do que o do reino, e no qual “a centralidade ‘do Império’ dissolvía-se num emaranhado de relações contraditórias” (HESPANHA, 2007, p. 58). O modelo corporativo de governo adapta-se à realidade colonial do Ultramar porque era “uma sociedade que se habituara a viver sobre si, onde bandos e partidos faziam a lei, ao mesmo tempo que sofriam mal a lei do rei ou da igreja” (HESPANHA, 2007, p. 61). Havia, portanto, a ideia de corporação, com o predomínio do poder local. Devido à dimensão do interesse colonial, esses poderes afirmavam-se constantemente e as ordens da metrópole nem sempre eram cumpridas.

O modo de governar do Estado moderno português era caracterizado por uma organização racional, generalizada e abstrata, que lançava mão de instrumentos para representá-lo e legitimá-lo. Para a estratégia de defesa, os instrumentos são os discursos nas plantas de fortificação. Através dessa dinâmica

política, é possível compreender os motivos que levaram dois jesuítas, mesmo com suas missões religiosas, a priorizar o serviço ao rei. Diogo Soares, como funcionário de D. João V, o representava e cumpria suas ordens para a concretização do domínio do território. E, Luiz Gonzaga como mestre desse último monarca e preceptor de D. Pedro II, pôde ensinar a ambos que a defesa era a base do governo soberano.

Vianna (2000) aborda o tema da lógica administrativa de Portugal no Antigo Regime sob a perspectiva da política portuguesa no além-mar, balizada por autoridades negociadas. Para refletir sobre as atribuições do rei, bem como sobre seu modelo de ação política, ele relaciona a necessidade política por conquistas ao exercício e à prática do poder. “Assim quando se pensa ou se fala em reino português ou monarquia portuguesa no século XVII, não se tem em mente um espaço homogeneizado por uma política ou por uma legislação soberana, e sim uma extensão física da jurisdição do Rei/Dinastia” (VIANNA, 2000, p. 25). Por isso, havia a constante necessidade da autolegitimação do poder através das práticas culturais e dos símbolos régios.

Por sua vez, Luz (2007) aponta para uma discussão fundamental no entendimento das práticas políticas de Portugal no Ultramar, qual seja o referencial simbólico que possibilitou o sentimento de pertença e o julgamento positivo no ato de prestar serviço à Coroa. As diversas partes do corpo do Império deveriam produzir concórdia, isto é, concordar “para a manutenção da soberania de uma comunidade”, com o alcance do bom governo e do bem comum (LUZ, 2007, p. 553).

Para que houvesse concórdia, ou manutenção da política de privilégios, era necessária a divulgação das bases desse acordo. Esse sistema político é divulgado por meio de símbolos do poder, o que Luz chama de propaganda. É nesse jogo que as práticas culturais ganham formas imagéticas, como é o caso das plantas de fortificação, e representam ideais e valores da Coroa. Nesse sentido, “a propaganda política provê o amálgama afetivo dos súditos ao Império, reduzindo as distâncias físicas na escala de suas afinidades simbólicas, gerando sentimento de pertença ao Império e reafirmando a sua hierarquia” (LUZ, 2007, p. 558). Para que o monarca cumprisse sua função de garantir a paz e o bem comum, deveria governar com justiça, por meio de uma negociação alicerçada na política de privilégios. Sendo assim, a defesa de seu domínio estaria assegurada. É nessa

perspectiva que o rei é representado por Diogo Soares, pois esse geógrafo da majestade afirmava que sua autoridade estava em ser servo do rei D. João V. Ao produzir para corroborar a Conquista, Soares estava inserido na dinâmica do poder hierarquizado.

Nesse sentido, a criação do discurso para o bom governo do Estado atrelado à defesa ganhou destaque quando os limites de acesso dos outros soberanos foram impostos pela guerra ou a iminência dela. A soberania foi responsável por articular saber e poder na representação, gerando estabilidade física e política. A manutenção da paz e dos domínios em associação ao ensino e à aplicação da arquitetura militar como função do soberano, como vimos, é exatamente o mote de discussão do tratado de Gonzaga, o que confirma a hipótese de um texto também político. O Estado territorial soberano português devia ser engendrado pela aplicação, muitas vezes representativa, daquela ciência.

2.5. A ciência em articulação ao governo do Príncipe, por Diogo Soares

Através da missão dos padres matemáticos Diogo Soares e Domingos Capaci em terras americanas, conforme já foi visto, é possível perceber como as plantas de fortificação também estavam inseridas na dinâmica administrativa da Coroa portuguesa. Produto de uma tarefa em nome do rei, os desenhos de Soares são mais do que intenções de defesa, alcançando a designação de discursos políticos de uma época, na medida em que trazem em si diversos elementos políticos. Antes de focarmos nesses elementos, ainda são pertinentes alguns comentários sobre a política do período.

Diogo Soares foi enviado pelo rei D. João V com o objetivo de informá-lo sobre a situação da conquista portuguesa na América – de sua soberania, em última instância. Por isso, foi possível a confecção, por ele, dos desenhos das plantas de fortificação. Soares afirmava em suas aulas o quanto era importante manter as Conquistas, com o alcance do “mundo todo”.

Para tal objetivo ser alcançado, ele desenvolveu uma argumentação capaz de informar aos seus alunos sobre os debates científicos do período, sobre o uso dos mapas e como as populações dominadas por Portugal se comportavam, além de suas riquezas, defesa e conquistas. Soares aponta, no “Novo Atlas Lusitano”,

para a percepção portuguesa de produzir ensino e conhecimento que garantisse a posse dos territórios já conquistados e de novas posses. A defesa aparecia como importante peça desse jogo, sendo a planta de fortificação a expressão da linguagem de guerra e defesa de um governo soberano.

Diogo Soares desenhou suas plantas de fortificação da cidade do Rio de Janeiro como “geógrafo de sua majestade”, o rei D. João V. A partir de 1720, diferentemente de D. Pedro II, D. João V governou à margem do Conselho de Estado, o que marcou sua administração (GONÇALO MONTEIRO, 2001).

O estudo de Bentes Monteiro (1993), ao ressaltar o papel do rei D. João V no cenário da cidade do Rio de Janeiro do Setecentos, foi de grande valia para o nosso trabalho. A autoridade e a soberania do monarca estavam condicionadas à perfeição e à eficácia de seus atos, imparciais e justos, pois o rei não falhava. A corte de D. João V é definida por Bentes Monteiro como “faustosa pelo ouro brasileiro, caracterizando-se pela solenidade do monarca, conseguida pelo distanciamento físico dos seus súditos” (BENTES MONTEIRO, 1993, p. 137). No entanto, para o monarca ser reconhecido, e ser possível visualizar os signos de poder, as práticas discursivas e as estratégias políticas, como é o caso dos elementos que indicaremos nos desenhos das plantas de fortificação, impunha-se a ideia de um rei presente, como majestade real.

A argumentação jurídica nas decisões políticas em Portugal de fins do século XVII e do começo dos Setecentos levanta a questão das representações dos homens que viveram naquele tempo. Nuno Gonçalo Monteiro destaca a importância dessas representações nos moldes dos contemporâneos, pois eles informam os parâmetros do modelo vigente. O que determina os grupos políticos, segundo Gonçalo Monteiro, é “a lógica da disputa política a determinar o recurso às diferentes retóricas disponíveis” (GONÇALO MONTEIRO, 2001, p. 964). Desse modo, o estudo da política deve necessariamente perpassar os atos políticos e seus discursos para não se perder na norma institucional.

O conteúdo das representações contemporâneas à D. João V como expressão do modelo político que vigorava, pode ser observado nos brasões das plantas de fortificação de Diogo Soares. O brasão da casa de Bragança (figura 1), com a coroa e a cruz acima desta, é a imagem do brasão de D. João V (figura 2), a

mesma utilizada por Soares em seus desenhos para compor a legenda⁴⁷; esta, por sua vez, traz sublinhada a sua função de geógrafo de sua majestade, após detalhar a posição do terreno e a função da edificação.



Figura 1: Brasão da Casa de Bragança.



Figura 2: Brasão de D. João V.

O brasão das plantas de fortificação de Soares⁴⁸ é composto pelos seguintes elementos: uma espécie de suporte para sustentar o escudo de armas e a coroa com uma cruz, mais algumas flechas e canhões com a palmeira e/ou oliveira. O escudo é composto de sete castelos e as quinas (“as armas de Portugal nas suas bandeiras”) (BLUTEAU, 1789, p. 277), como na atual bandeira de Portugal, cujo suporte passa a ser uma esfera armilar. Os castelos representam a defesa e as quinas podem ser interpretados como tendo o intuito de aparar as arestas, ou os ângulos.

Outro exemplo de conteúdo imagético com vistas a reforçar a política portuguesa é a ressalva de Soares sobre a fundação da fortaleza da Lage. O monarca é o seu fundador, a quem o autor, Diogo Soares, chamou de Poderosíssimo rei, o que reforça a ideia de que ao realizarem a obra, os funcionários do rei o representam. Essa representação do rei é outra interessante característica que aponta para o vínculo do discurso das plantas com o governo do território. D. João V foi representado aos súditos através de seu poder e liberalidade; as suas construções, ou intenções, transmitiam esse ideal como espetáculos visuais. No trabalho de Maria Paula Dias Couto Paes (2005), as festas

⁴⁷ Ver anexo do capítulo.

⁴⁸ Ver anexo do capítulo.

coloniais traziam o simbolismo de um rei fisicamente distante. Para expressar, então, o poder do rei e a soberania do Estado, o rei e o Império precisavam ser vistos pelos colonos. Uma das formas foi a defesa simbólica expressada nas possíveis edificações. As plantas de fortificação desenhadas em nome de D. João V representaram a dimensão desse simbolismo, ainda mais por estarem na esfera da intenção de como um projeto a ser construído. São mecanismos simbólicos para tornar o poder real evidente. Esses aspectos simbólicos de um Império capaz de defender suas conquistas demonstravam os valores da Coroa ressignificados no Ultramar.